

A ZONA TAMPÃO E A PRESENÇA DOS KAMAKÃ-MONGOYÓ: DAS ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO COLONIAL ÀS TÁTICAS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA

THE BUFFER ZONE AND THE PRESENCE OF KAMAKÃ-MONGOYÓ: FROM
COLONIAL DOMINATIONS STRATEGIES TO THE RESISTENCE TACTICS OF
INDIGENOUS

*Adil Sousa Oliveira**

RESUMO

Este artigo sobre a presença dos Kamakã-Mongoyó no território do Planalto da Conquista, parte da chamada “zona tampão” de acordo com a conceituação de Maria Hilda Baqueiro Paraíso, analisa como ocorreu a denominada “conquista” do Sertão da Ressaca, entre 1750 a 1808, processo finalizado em 1840 com a criação da Imperial Vila da Vitória, atual Vitória da Conquista. A partir das presenças indígenas, buscamos analisar, historicamente, as relações sociais no processo de colonização/invasão dos territórios indígenas, dialogando com os conceitos de estratégia e tática apresentados por Michel de Certeau, visando evidenciar as estratégias de dominação colonial empreendidas pela Coroa portuguesa no Brasil, as táticas de resistências indígenas e as relações interétnicas estabelecidas nesse processo. Buscamos dialogar, também, com a perspectiva decolonial, no sentido de decolonialidade do saber, poder e ser, segundo a teoria da interculturalidade crítica.

PALAVRAS-CHAVE: *Decolonialidade. História Indígena. Zona tampão.*

ABSTRACT

This article deals with the presence of the Kamakã-Mongoyó in the territory of the Planalto da Conquista, as part of the so-called “buffer zone”, approached according to the conceptualization of Maria Hilda Baqueiro Paraíso, analyzing how the commonly named “conquest” of the Sertão da Ressaca took place between 1750 and 1808, consolidating only in 1840, with the creation of the Imperial Vila da Vitória, currently Vitória da Conquista. From the indigenous presences, we seek to historically analyze the social relations that developed in the process of colonization/invasion of their territories, dialoguing with the concepts of strategy and tactics presented by Michel de Certeau, aiming to highlight the strategies of colonial domination undertaken by the Portuguese crown in Brazil, and the tactics of indigenous resistance, and the interethnic relations developed in this process. Also dialoguing with a decolonial perspective, in the sense of decoloniality of knowledge, power and being, according to the theory of critical interculturality.

KEYWORDS: *Decoloniality. Indigenous History. Buffer Zone.*

Este artigo trata da presença dos Kamakã-Mongoyó no território do Planalto da Conquista, compreendido na “zona tampão”, segundo a conceituação de Maria Hilda Baqueiro Paraíso, como apresentada no livro *O tempo da dor e do trabalho* (2014). A partir da presença indígena, buscamos

* Professor da Rede Municipal de Ensino de Barra do Choça-BA. Mestre em Ensino de História pelo Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: adilmsn@gmail.com

compreender as relações sociais no processo de colonização/invasão dos territórios nativos, visando evidenciar as estratégias de dominação colonial empreendidas pela Coroa portuguesa no Brasil e as táticas de resistências indígenas nesse processo. Na primeira metade do século XIX, na transição do Brasil Colônia para o Império, tomamos como recorte espacial os limites da zona tampão, definida por Paraíso como uma “zona proibida à conquista, no período de 1700 a 1808”, que servia de fronteira entre as áreas auríferas da Bahia, localizada entre os rios de Contas, ao norte, e Doce, ao sul, "tendo a zona de mineração em Minas Gerais a leste, e que se transformou em refúgio de várias etnias indígenas foragidas do contato com os colonos” (PARAÍSO, 2014, p. 21). Sobre a lógica que norteou a implantação da chamada “zona tampão”, explica Paraíso (2014, p. 21):

A delimitação espacial baseou-se na lógica da implantação de um modelo social numa determinada área, a qual foi denominada zona tampão. Essa denominação decorreu da necessidade de configurar um espaço que, em decorrência de um conjunto de medidas político-administrativas adotadas pela Coroa portuguesa, permaneceu interdito por aproximadamente cem anos. Constituindo-se, ao mesmo tempo, em barreira ao acesso às zonas de mineração de vários grupos indígenas.

A partir desta delimitação, buscamos analisar como ocorreu a implantação desse “modelo social”, considerando a relação dialética das contradições existentes entre as estratégias de dominação promovidas pelas medidas político-administrativas da Coroa portuguesa e as táticas de resistências dos povos indígenas Kamakã-Mongoyó, Ymboré e Pataxó, habitantes no território do chamado Sertão da Ressaca, atual Planalto da Conquista¹, até o início do século XIX. Os Pataxós foram tomados como foco central da presente análise e o recorte histórico foi definido a partir da proposição de Paraíso sobre a chamada “conquista do Sertão da Ressaca”, entre 1808-1897. O conceito de conquista é assim apresentado pela autora:

Reafirma-se, assim, o conceito atribuído a termos como conquistar, dominar, colonizar e civilizar, vistos como um conjunto de estratégias governamentais aplicadas a territórios e povos sob seu controle, visando à clara definição do todo nacional e das relações de poder e hierarquia a serem mantidas entre os vários segmentos sociais que, apesar de viverem na América, passam a constituir o povo desse Estado (PARAÍSO, 2014, p. 26).

Ao desvelar a chamada “conquista” do Sertão da Ressaca, Paraíso abordou os “aspectos de caráter etnográfico e histórico dos processos de conquista, dominação e colonização impostos aos territórios e povos indígenas que habitavam a zona tampão entre 1808 e 1897 e de caráter dialético das relações interétnicas estabelecidas” (PARAÍSO, 2014, p. 26). Dialogamos com essa análise, que demonstrou como foram estabelecidas as “políticas indigenistas e as práticas sociais” e as superestruturas jurídicas e a infraestrutura, que “oscilaram entre os dois eixos – excluir ou incluir esses povos ao todo nacional – e, por parte das populações silvícolas, as situações e razões que as faziam optar pela aceitação

¹ Sobre a presença dos indígenas nesse território cf. Oliveira (2022).

negociada ou não, ou pela recusa de sua inserção como participantes dos desígnios estabelecidos pelo Estado” (PARAÍSO, 2014, p. 26-27).

Consideramos, por outro lado, as formas de resistência indígena diante da chamada “conquista” do Sertão da Ressaca, entre 1750 a 1808, mas consolidada apenas em 1840 com a criação da Imperial Vila da Vitória, atual Vitória da Conquista. A partir deste recorte, retomamos a análise antropológica de Paraíso sobre as relações interétnicas, que compreendem as táticas de resistências indígenas em contraposição às estratégias de dominação.

Ao tratar de estratégia e tática, Michel de Certeau, em *A Invenção do cotidiano* (1994), apresentou a primeira como forma de dominação, “como lugar capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta”, situação aqui assimilada à ação da Coroa portuguesa ao buscar criar uma nacionalidade política, econômica e científica. O conceito de tática, por outro lado, pode ser aplicado às formas de resistências, considerando-se os aspectos interétnicos ou interculturais que definem o lugar do “outro”. Segundo Certeau, trata-se de um “não-lugar”, onde “o fraco deve tirar partido das forças que lhe são estranhas” (1994, p. 46-47).

AS ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO DA “CONQUISTA” DO SERTÃO DA RESSACA

O processo de “conquista” dos territórios indígenas nos sertões da Bahia dá continuidade ao colonialismo do mundo moderno, iniciado em 1492 com a chegada de Cristóvão Colombo, no que viria a ser chamada América, ou “Índias Orientais”, para os invasores europeus.

Abya Yala (Terra Madura) é o nome reivindicado pelos povos originários para designar esse processo, em contraponto à visão eurocêntrica da dominação colonial/moderna. Segundo Carlos Walter Porto-Gonçalves (2020), Abya Yala vem sendo usado pelos povos originários da em contraposição ao nome América. A expressão foi usada pela primeira vez em 1507, mas somente consagrada a partir do final do século XVIII e início do século XIX, por meio das elites crioulas, para se afirmarem no processo de independência em contraponto aos conquistadores europeus. Muito embora os diferentes povos originários no continente atribuíssem nomes próprios às regiões onde habitavam – Tawantinsuyu, Anahuac, Pindorama – a expressão Abya Yala vem sendo cada vez mais usada pelos povos originários do continente com o objetivo de construir um sentimento de unidade e pertencimento. A utilização dessa expressão aponta para a importância da perspectiva decolonial que orienta a produção do presente texto, pautado pela ideia de decolonialidade do saber, poder e ser, segundo a teoria da interculturalidade crítica (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2018). Nesta perspectiva, Aníbal Quijano tece críticas a chamada “conquista” da América:

A América constitui-se como o primeiro espaço tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira identidade da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta

estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial (QUIJANO, 2005, p. 117).

Ao analisar o processo de invasão colonial e suas formas de dominação, em diálogo com a Antropologia e considerando as relações interétnicas, Paraíso, aprofundou a análise documental do projeto de desenvolvimento do sistema colonial e da crise econômica nas Américas, no final do século XVIII. A autora evidenciou que o termo “conquista”, no caso da América, tem sido utilizado quase exclusivamente para designar as ações da Coroa espanhola e de seus colonos nas terras sob seu domínio. Entretanto, apesar da existência de especificidades nos processos de invasões e colonização lusitana e espanhola, há aspectos comuns, referentes, principalmente, à atuação dos agentes sociais e às políticas estatais, o que possibilita, resguardando-se as devidas e já referidas especificidades, estender o termo conquista ao processo de invasão que tomou corpo no território brasileiro (PARAÍSO, 2014, p. 48).

No chamado Período Pombalino, a política adotada para a colônia portuguesa, com o final do ciclo do ouro, evidencia um novo direcionamento com a expansão para os chamados “sertões do leste de Minas Gerais”:

Essas preocupações vão estar presentes nos projetos para a ocupação dos Sertões do Leste. Até o fim do século XVIII, essa região era descrita como área proibida como barreira natural ao contrabando, por ali viverem índios considerados antropófagos. A veiculação dessas imagens correspondia aos interesses coercitivos da Coroa em manter efetivo controle sobre a produção e comercialização de ouro e de outros minerais. Essa imagem, em decorrência da crise econômica e da busca de alternativas, foi-se alterando. Os Sertões do Leste passaram, então, a ser descritos como a grande promessa de solução para todos os problemas enfrentados pela Capitania, como afirmara o Governador Luís da Cunha Menezes, em 1784, ao definir a área como tendo sido, simultaneamente, uma reserva de terras para serem usadas após a decadência da produção do ouro e para proteção contra o contrabando (PARAÍSO, 2014, p. 88).

Há um ponto comum nas reflexões dos colonizadores: “o grande obstáculo à concretização desse sonho de ressurgimento econômico era a presença de grande quantidade de nações indígenas e era essencial a adoção de uma política indigenista agressiva para que as terras fossem liberadas para a colonização”. Deste ponto em diante, a principal estratégia de dominação territorial passa ser “a retomada dos procedimentos da conquista nas fronteiras internas, nos espaços que até então haviam sido mantidos sob o controle da população nativa, por razões estratégicas e interesses econômicos da metrópole”. Paraíso conclui que “o grande objetivo” da intervenção da Coroa, “não era o de evitar o extermínio dos grupos indígenas, mas o de criar mecanismos que evitassem o retardamento da conquista” e a perda dos investimentos particulares realizados, “ameaçados pela posição dos silvícolas de se recusarem a abandonar seus territórios a serem engajados como trabalhadores nas atividades produtivas de interesse dos colonizadores” (PARAÍSO, 2014, p. 88).

O retardamento da conquista por força da reação indígena foi evidenciado por Marcio Santos, em *Fronteiras do Sertão baiano (1640-1750)*. Diferente da visão do “progresso” ininterrupto que se tem dos avanços das fronteiras da colonização, com foco na premissa da “vitória da civilização contra a barbárie”, ou do avanço da “civilização luso-brasileira”, o autor defende que esse processo se deu de forma “multidirecional, descontínua e irregular” e aponta para as várias formas de adaptação (e recuos) dessa “civilização” na constituição das fronteiras do sertão baiano face aos limites impostos pelas resistências indígenas. A perspectiva do autor evidencia o protagonismo indígena, ao passo em que se posiciona criticamente em relação ao “estudo da formação territorial”, que enxergava apenas a expansão histórica dos potentados coloniais e das poderosas famílias das quais se originaram” (SANTOS, 2010, p. 202).

Paraíso afirma que a expansão das fronteiras da colonização estava diretamente associada “ao fato de continuarem a ser usadas as técnicas de queimada, coivara e pousio prolongado, após um ou dois ciclos agrícolas”. A base para esse tipo de exploração da terra, ainda segundo a autora, era a ideia da “fronteira aberta e em constante expansão, em oposição à tradicional forma de distribuição de terras pelo sistema sesmarial” (PARAÍSO, 2014, p. 87).

Dessa forma, pode-se observar que os conflitos giravam em torno da “inexistência de demarcação das propriedades e do não-reconhecimento dos aldeamentos indígenas como espaços legitimamente controlados pelos seus ocupantes.” Complementa Paraíso (2014, p. 88):

O Estado, ao buscar regularizar e legalizar as posses dos colonos nas áreas de fronteira, nunca incluía a preocupação em adotar a mesma prática com relação as terras indígenas, embora a realidade dos conflitos indicasse, claramente, que os silvícolas estavam conscientes do seu direito às terras que ocupavam e a decisão de defendê-las (PARAÍSO, 2014, p. 88).

A estratégia de dominação também é observada no discurso classificador, em que as posturas de resistência dos grupos "silvícolas" eram veiculadas como atitudes de "selvageria, barbaridade e ferocidade," qualidades explicadas como inerentes à natureza da pessoa e da sociedade indígena. Esses argumentos justificavam a intervenção do Estado, que garantia a reprodução da sociedade colonial, assumindo o papel de braço armado do sistema dominante (LIMA JÚNIOR, 1978, apud PARAÍSO, 2014, p. 88).

Especificamente sobre as relações entre o projeto de colonização da “zona tampão” e sobre as relações econômicas e sociais ali estabelecidas, destaca Paraíso (2014, p. 88):

Era projeto governamental que os sertões do leste deveriam vincular-se às demais zonas coloniais pelo comércio, o que, numa visão fisiocrática, significava o estabelecimento de um conjunto de relações sociais altamente significativas em termos de ordenamento social. E, nesse sentido, a questão indígena e os conflitos deveriam ter uma solução rápida e eficaz.

No território dos Kamakã, no denominado Planalto da Conquista, o termo “conquista” não indica apenas as ações de dominação pelo devassamento dos territórios indígenas no Sertão da Ressaca, processo que se estende até o início do século XIX, mas refere-se também à delimitação das

fronteiras do chamado “Planalto da Conquista”, até que sua sede foi elevada à condição de Imperial Vila da Vitória, em 1840. Tais processos possibilitaram a demarcação, geográfica e historicamente, das identidades colonizadas, mediante a substituição dos indígenas, a destruição do seu modo de produção e a imposição da lógica colonial de exploração, que incorporou, também, a força de trabalho e os saberes indígenas. A preservação de conhecimentos e práticas indígenas se revelaram como importantes táticas de resistências, assim como as alianças forçadas pela própria sobrevivência ou o confronto direto com os invasores, ainda que isso levasse à morte ou ao desaparecimento da maioria das populações nativas. As formas de resistências indígenas visavam, também, a preservação de suas histórias, memórias e conhecimentos.

AS TÁTICAS DE RESISTÊNCIA DOS “VALENTES MONGOIÓS”

Um dia bem criança eu era
 Ovi de um velho cantador
 Sentado na Praça da Bandeira
 Que vela a tumba dos heróis
 Falou do tempo da conquista
 Da terra pelo invasor
 Que em inumanas investidas
 Venceram os índios mongoiós
 Valentes mongoiós”

ELOMAR FIGUEIRA MELO.²

Definido o recorte principal o presente trabalho – a presença dos Kamakã-Mongoyó no território do Planalto da Conquista – busca-se, aqui, abordar o processo que ficou nomeado como “conquista” do Sertão da Ressaca e, em especial, o problema do apagamento/desaparecimento dos povos indígenas acima citados segundo a narrativa do invasor. As ações guerreiras de João Gonçalves da Costa e o evento que ficou conhecido como o “banquete da morte”, que levou à dizimação dos “*valentes mongoiós*”, estão presentes na memória coletiva e na história local como elementos constitutivos do mito fundador da cidade de Vitória da Conquista-BA.

Entretanto, a contrapelo da história dominante, como propôs Walter Benjamin, (LÖWY, 2010-2011), é necessário tratar das histórias e memórias indígenas. A abordagem de suas táticas de resistência indígenas é um procedimento necessário para se estabelecer um contraponto à visão do dominador, pautada em fontes documentais produzidas por viajantes europeus, a exemplo da descrição do príncipe Maximiliano Wied-Neuwied, que escreve a respeito dos “elegantes mongoiós”:

Era um grupo Macro-Jê, provavelmente agricultor e ceramista, e que realizava migrações cíclicas em busca de terras ainda não esgotadas. Seu território tradicional localizava-se entre os rios de Contas e Pardo, sendo que, neste último rio, limitava-se

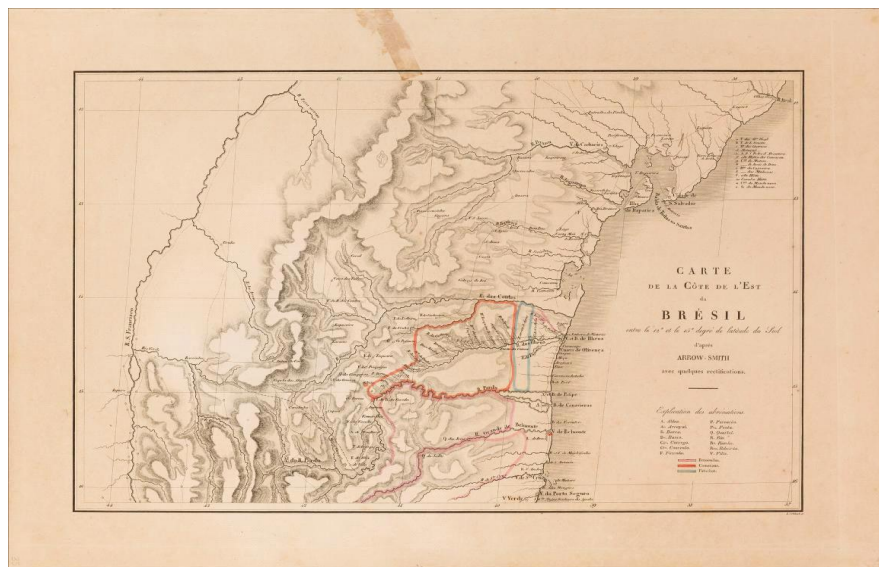
² Canto do Guerreiro Mongoió, música de Elomar Figueira de Melo, gravada, pela primeira vez no disco *Na Quadrada das Águas Perdidas*, LP MPA 9406/9407, Discos Marcus Pereira, 1979.

a leste com o dos Pataxó, na altura do córrego da Piabanha, afluente da margem esquerda do rio Colônia ou Cachoeira (WIED-NEUWIED, 1989, p. 348-357)

As práticas da agricultura e a produção de cerâmica eram características marcantes dos Kamakã-Mongoyó, informação que contrasta com os conceitos de “silvícolas” ou “nômades” comumente associados aos povos indígenas nos sertões. Além dos indígenas no Sertão da Ressaca, destacam-se ainda outros aldeamentos dos Kamakã. Segundo Paraíso, são encontradas referências a aldeamentos, às margens dos rios Peruípe, Itanhém, Mucuri, compostos por pequenos grupos que haviam sido transferidos para essas regiões com o objetivo de serem defensores dos nascentes povoados de Nova Viçosa, Caravelas e São José de Porto Alegre (PARAÍSO, 2014, p. 188).

Uma análise das relações interétnicas entre os povos indígenas indica que os Kamakã do Planalto da Conquista, também chamados de Mongoyó, faziam parte do tronco linguístico Macro-Jê, ao qual pertenciam vários outros povos, diferenciados por expressões socioculturais como os Pataxó, Aymore ou Ymboré. Estes últimos foram chamados de “botocudos” – termo genérico utilizado pelos colonizadores portugueses para denominar os grupos indígenas que faziam uso de botoques labiais e auriculares. Os botocudos, predominantemente caçadores e silvícultores, habitavam o sul da Bahia e a região do vale do rio Doce, estendendo-se pelo norte do Espírito Santo e Minas Gerais, e disputavam o vasto território da Ressaca com os Kamakã. No mapa inserida na *Viagem ao Brasil* (1815-1817), o príncipe Maximiliano Wied-Neuwied apresenta os limites dos territórios dos povos indígenas, ou a fronteira, como se pode observar na Figura 1.

Figura Mapa da viagem do Príncipe Maximiliano Wied-Neuwied



Fonte: Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo, Brasil. *Gravuras e excetos da Viagem ao Brasil (1815-1817) do Príncipe Maximiliano Wied-Neuwied*. Coleção Brasileira (Doação da Fundação Estudar, 2007).

Santos (2010), ao discutir o conceito de fronteira, em diálogo com o texto *Caminhos e Fronteiras*, de Sérgio Buarque de Holanda (1994), apontou para a difusão, por meio dessa obra, da “metáfora da

fronteira permeável”. Com base nessa ideia, ele propõe que se pense a fronteira no Brasil “como um processo de formação de produtos mistos das culturas indígenas e europeia, o que foi possibilitado pela atenuação dos Os kamakã se refugiavam nas matas quando se encontravam em condições de ameaça, principalmente para proteger suas crianças contra os invasores europeus. Esse, como outros registros, é elucidativo da importância da luta dos povos indígenas pela preservação de seus territórios diante dos invasores europeus. contrastes entre os naturais e os adventícios”, atentando para a peculiaridade do aspecto permeabilidade e intercâmbio. Holanda e Santos evidenciam que o europeu incorporou “elementos materiais e culturais dos povos indígenas”, havendo, inclusive, inicialmente, a predominância da influência indígena. Entretanto, com o avanço da fronteira, “os artefatos e técnicas europeias ganham relevo, reduzindo o papel dos elementos nativos”. Desta síntese, surge um terceiro elemento: “o americano”.

Podemos tratar do conceito de fronteira, para além dos termos geográficos e considerando aspectos da cultura material, tomando como exemplo os “desenhos feitos pelas rendeiras nas redes”, abordado de forma secundária por Holanda (1994), que relaciona esses desenhos a um padrão “retilíneo”, derivado do uso do “tear vertical”, entendido como um “aparato europeu”. Em sua crítica a essa tese, Santos aponta para a sobreposição de modelos, já que a rede seria exemplo de cultura material que “permanece na fronteira entre o padrão indígena e o padrão europeu” (SANTOS, 2010, p. 383-384).

Na zona tampão, os Kamakã-Mongoyó tiveram importância fundamental na manutenção dos territórios, pois, segundo Paraíso, estes eram considerados “mais adiantados em termos culturais”, classificados “num degrau superior de cultura” em relação a seus vizinhos Pataxós e Botocudos “por não serem somente caçadores, mas também lavradores”. A figura 2, reproduzida do livro *Viagem ao Brasil*, príncipe Wied-Neuwied, alude à presença de um grupo de Camacãs na mata:

Figura 2 - Grupo de Camacãs na mata



Fonte: Fonte: Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo, Brasil. *Gravuras e excetos da Viagem ao Brasil (1815-1817) do Príncipe Maximiliano Wied-Neuwied*. Coleção Brasileira (Doação da Fundação Estudar, 2007).

A alegação de que os Kamacã eram “agricultores e exímios artesãos” fundamenta o interesse europeu de estabelecer maior proximidade em relação eles (BALDUS, 1969 *apud* PARAÍSO, 2014, p. 188). Conforme descrição de Wied-Neuwied (*apud* PARAÍSO, 2014, 188-189), “esse grupo indígena era agricultor, plantando algodão, mandioca, milho, batata-doce, feijão, inhame, bananas, abacaxi e cabaças, sem, no entanto, deixarem de ser coletores no período das secas. Porém, mesmo nos aldeamentos, não criavam animais domésticos”.

O papel desses grupos na manutenção alimentar dos aldeamentos, mas também das nascentes colônias, que se estendiam desde os sertões aos limites do litoral sul da Bahia, suscitaram, por parte dos Kamakã, a definição de táticas de resistência contra a invasão de seus territórios e as estratégias de dominação colonial, que incluía a experiência traumática de escravização e comercialização de kurukas:

[Os Kamakã] são descritos como um grupo aguerrido que, ao se sentir incapaz de defender seu território do avanço dos colonos, optou por aldear-se ou refugiar-se nas matas. Eram considerados como circunspetos e desconfiados, o que Wied-Neuwied atribuiu à ação violenta dos colonizadores. E uma desconfiança era o fato de esconderem as crianças e os jovens da tribo todas as vezes que algum estranho chegava ao local em que viviam, o que parece ser um sinal indicativo da existência de comércio de *kurukas* na região em que habitavam (PARAÍSO, 2014, p. 188).

Por outro lado, como se depreende das pesquisas de Paraíso (2014), os kamakã “não mantinham boas relações com os pataxós e com os botocudos, os quais, ao que parece, haviam se deslocado para seu habitat tradicional”. Em situação de confronto, esses últimos “teriam matado muitos dos seus guerreiros nos embates que mantinham por imposição dos conquistadores do rio Pardo”. Paraíso destaca a estratégia da família de João Gonçalves da Costa, responsável pelo chamado desbravamento dessa região, que impôs o aldeamento compulsório aos grupos “que não podiam ou queriam enfrentar naquele momento do contato, em 1806”. As consequências imediatas das ações dos colonizadores foi, ainda segundo Paraíso, foi a transformações dos indígenas em falantes bilíngues, o aumento das taxas de mortalidade entre eles e a exploração da mão de obra dos habitantes locais, “sem ou quase sem receber pagamento algum”.

Assim, com foco sobre a zona tampão, Paraíso alerta para o olhar do estrangeiro que, além de fornecer informações sobre as características físicas, culturais e naturais dos povos indígenas ali presentes, foi importante na construção de ideologias sobre o “outro”. O retrato desses povos como “selvagens”, nascido desse olhar estrangeiro, foi incorporado ao imaginário europeu e, também, brasileiro. Ao difundir a ideia de “exotismo como atrativo”, os estrangeiros foram responsáveis pela construção de estereótipos, calcados em uma perspectiva eurocentrada, dos povos originários. As imagens e a abordagem estereotipada dos povos indígenas do Brasil até hoje persiste por força da colonialidade do saber, que garante a manutenção da visão colonial dos “vencedores” sobre os “vencidos” (MIGNOLO, 2018).

Por serem povos agricultores, os Kamakã-Mongoyó foram, portanto, alvo das primeiras tentativas de aproximação por parte dos colonizadores e paulatinamente incorporados ao processo

colonial, enquanto outros grupos indígenas foram mantidos à margem por estarem à margem dos padrões de produção. Apesar da progressiva incorporação ao projeto de colonização, os Kamakã conseguiram preservar alguns traços culturais próprios. Paraíso indica que, em conformidade com achados arqueológicos, que a condição de ceramista era um traço identitário desses grupos, embora essa característica não deva ser entendida como estática, mas dinâmica, a tal ponto que a autora aponta para um processo de “transfiguração étnica”.

O exemplo vem dos grupos de Kamakã-Mongoyó descidos para a região de Belmonte: “Do antigo aldeamento dos índios Kamakã-Mongoió, conhecidos no local como Menian, restavam seiscentos habitantes, distribuídos por cinquenta ou sessenta casas de barro, cobertas de palha, inclusive a Casa da Câmara, a do ouvidor e a do capitão-mor” (PARAÍSO, 2014, p. 208). É clara a reorganização dos grupos, segundo padrões europeus, restando preservadas suas culturas alimentares, incorporadas ao comércio com os colonizadores:

As principais atividades econômicas eram a agricultura e o comércio de farinha de mandioca, arroz, milho, madeira, toucinho, carne salgada, pólvora, produtos trazidos pelos mineiros, que os moradores de Porto Seguro revendiam na Bahia e em Porto Seguro (PARAÍSO, 2014, p. 208).

Este exemplo é ilustrativo da permeabilidade e circularidade cultural que abrangeu esses povos. Conforme as suas condições materiais de reprodução da vida, eles elaboraram táticas de resistência, eles incorporaram novas formas de produção, bem como viveres e itens provenientes de outras culturas, mas que foram fundamentais à sua própria sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui apresentadas sobre o processo de dominação colonial e as formas de resistência indígena a esse processo permitem concluir que as relações entre os Kamakã e os colonizadores envolveram trocas, lutas e concessões. Mesmo nos aldeamentos, esses grupos preservaram suas culturas alimentares, além de outros traços culturais, que foram incorporadas pelos invasores, que, só parcialmente estabeleceram as condições de permanência e os locais estratégicos, de acordo com a perspectiva de expansão da presença portuguesa nos sertões da Bahia.

A análise das relações interétnicas, pelo prisma do intercâmbio de saberes e técnicas entre padrões indígenas e europeu, corrobora com as teses de Santos e Paraíso, de que é possível entrever as estratégias de dominação territorial, inicialmente por meio dos aldeamentos dos grupos indígenas, posteriormente mediante a sua “incorporação aos nacionais”. *A priori* estamos diante de ações que apontam para o apagamento das identidades dos povos, como os Kamakã-Mongoyó. No entanto, é possível afirmar a existência de uma circularidade cultural, resultante das táticas de resistência indígena. As trocas de conhecimentos e práticas de produção ancestrais são elementos definidores do modo de vida nos aldeamentos. A chamada “zona tampão”, que poderia ser definida como um lugar de refúgio

dos povos indígenas do sertão dos sertões do Leste (atual Sudoeste, centro-sul e sul da Bahia), pode ser apreendida como espaço de resistência, mas também como ponto de partida para outros territórios. O exemplo vem dos Kamakã que, desterrados de seus lugares de origem, reexistiram de forma dinâmica em outras regiões – em coexistência com outros grupos indígenas, mas também com brancos e negros, com os quais estabeleceram novas relações interétnicas e frente aos quais reivindicaram suas identidades – para, depois, se engajarem na luta pela retomada e reconhecimento de seus territórios originários.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, M de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LÖWY, M. “A contrapelo”. A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 25-26, p. 20-28, 2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011.

MIGNOLO, W. Museus no horizonte colonial da modernidade. Garimpando o museu (1992) de Fred Wilson. *Museologia & Interdisciplinaridade*. Brasília, v. 7, n. 13, p. 309-324, jan.-jun. de 2018.

OLIVEIRA, A. S. *A presença dos Kamakã-Mongoyó no Planalto da Conquista: uma abordagem decolonial para o ensino de história e cultura indígena*. Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2015. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/720929/2/Adil%20Sousa%20Oliveira.pdf> Acesso em: 5 jul. 2024:

PARAÍSO, M. H. B. *O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste*. Salvador: Edufba, 2014.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Abya Yala. IELA. *Projeto Povos Originários*. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/projeto/povos-originarios/abya-yala/> - IELA (ufsc.br). Acesso em: 21 ago. 2023.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. CONSELHO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005 Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 06 jul. 2024.

WIED NEUWIED, M. *Viagem ao Brasil*. Trad. de Edgar Sussekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

SANTOS, M. R. A. *Fronteiras do Sertão Baiano (1640-1750)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Data de Submissão: 21/08/2023

Data de aprovação: 13/09/2024

Copyright (c) 2024 politeia



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)